

DIR: 930
Ass.: Kelle
Impr. - Roraima

TERMO DE CONTRATO COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 06/2016,
QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS -
EIRELI - EPP.

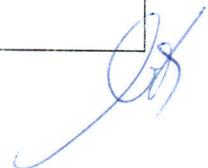
O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima, com sede no na Rua Fernão Dias Paes Leme nº 11 bairro Calungá, CEP: 69.303-220 - casa Paulo VI, na cidade de Boa Vista - RR, inscrito no CNPJ sob o nº 10.839508/0001-31, neste ato representado pelo Reitor Ademar Araújo Filho, nomeado pelo Decreto MEC 15/08/12, publicado no DOU de 16 de agosto de 2012, inscrito(a) no CPF sob o nº 182.762.532-53, portador da Carteira de Identidade nº 47028 SSP-RR, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS - EIRELI - EPP inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 05.258.798/0001-90, sediada na Rua Senador Jaime, QD-61, Lote 7 nº 705, Bairro Campinas, Goiás, Goiânia CEP: 74.510-010, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. HELIO GERVASIO CINTRA, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1065732 2 VIA SSP/GO, e CPF nº 281.918.541-04, tendo em vista o que consta no Processo nº 23231.000151.2014-53 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 69/2015, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

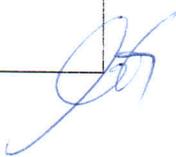
1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material permanente para a Diretoria de Políticas de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	CONJUNTO MESAS ESCRITÓRIO Marca: Shopping do Escritor Fabricante: Frisokar Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Mesa em formato "L" Mesa em formato "L" 1200 x 800 mm Composta por: Mesa em L (01 unidade) Gaveteiro fixo com 03 gavetas (01	Unid.	6	R\$ 781,16	R\$ 4.686,96




	<p>unidade) Medidas aproximadas: Largura: 1200 x 800 mm Profundidade: 600 x 600 mm Altura: 750 mm. A mesa de tamanho menor deve ser unida por um canto arredondado possibilitando a montagem em ambos os lados da mesa de tamanho maior.</p> <p>Revestimento: Estruturas de madeira Liso, na cor cinza. Estruturas de metal: Liso, na cor cinza.</p> <p>Superfície sobreposta à estrutura. Em madeira MDP de no mínimo 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces na cor cinza. O acabamento nas bordas das mesas deve ser arredondado. Pannel frontal e lateral confeccionado em MDP com espessura mínima de 15 mm com revestimento melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, na cor cinza. A mesa deverá conter orifícios com aproximadamente 50 mm de diâmetro, para passagem de fios, tampados, com passa fio de PVC na cor cinza. O gaveteiro deverá ter 3 gavetas de tamanho aproximando de 30 x 10 x 40 cm cada e possibilidade de instalação em ambos os lados da mesa. Gavetas de madeira MDP de 15 mm de espessura (mínimo), e roldanas em nylon, com puxadores de PVC ou metálico. Sistema de chaveamento com aplicação frontal, travamento lateral das gavetas simultaneamente composto por chave (2 chaves). Ambas as mesas deverão possuir sapatas niveladoras</p>			<p>1000 - 1000</p> 
--	--	--	--	--

	com base em nylon injetado. Garantia mínima de cinco anos.				
3	<p>CADEIRA ESCRITÓRIO</p> <p>Marca: Shopping do Escritor</p> <p>Fabricante: Frisokar</p> <p>Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Cadeira ergonômica diretor com braços, com encosto anatômico articulado, espaldar alto, com regulagem de altura no assento e braços; Textura lisa; Assento inclinado com bordas arredondadas anatomicamente moldados com espuma de no mínimo 50 mm em poliuretano flexível injetado de densidade 50 a 55 kg/m³, base giratória fosca na cor preta, em poliamida (nylon 6), com 05 patas (rodízios) regulagem a gás (pneumática), rodizio duplo com rodas de aproximadamente 50 mm de diâmetro em poliamida (nylon 6) que permita o uso em carpetes ou similares. Com as seguintes dimensões mínimas: Assento 50 cm (largura) x 46 cm (profundidade); Encosto 50 cm (largura) x 65 cm (altura). Pés antideslizantes, base padrão giratória 360°, com 5 patas de aço, rodízios de nylon para pisos duros ou acarpetados, base</p>	Unid.	6	R\$ 499,83	R\$ 2.998,98

	<p>giratória 360°.</p> <p>Segurança: o conjunto do móvel deve apresentar certificado de conformidade de marca emitido pela ABNT, atestando os critérios de resistência, durabilidade, estabilidade e ergonomia, conforme nr17, NBR 13962, e capacidade de suporte de peso acima de 120kg.</p> <p>Cor: Cinza</p>				
4	<p>CADEIRA ESCRITÓRIO</p> <p>Marca: Shopping do Escritor</p> <p>Fabricante: Frisokar</p> <p>Descrição Detalhada do Objeto</p> <p>Ofertado: Cadeira Secretária giratória espaldar médio, com braços, base estrutural em aço com capa protetora em polipropileno na cor cinza e regulagem de altura à gás; espuma injetada, alta resistência; encosto e assento com curvas anatômicas; mecanismo de regulagem de altura com pistão à gás; base (estrela com 5 patas) em aço com capa protetora em polipropileno; estofamento de polipropileno na cor preto; rodízios de nylon; braços e encosto com regulagem de altura.</p> <p>Deve atender as normas da ABNT NBR 13962/2006 e a NR 17; montada; completa. Garantia mínima de 2 (dois) anos contra defeitos de fabricação. Deverá acompanhar a proposta os seguintes documentos: - Ficha Técnica, com foto</p>	Unid.	6	R\$ 299,83	R\$ 1.798,98



	ilustrativa do produto contendo suas características, matéria-prima utilizada e suas respectivas bitolas, processo de tratamento, antiferruginoso da ferragem, processo de soldagem, tipo da madeira utilizada, atendendo a pertinente normatização.			DINDO 934 Kille 10/10/2014
TOTAL DO FORNECEDOR				R\$ 9.484,92

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ **9.484,92** (Nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2014, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26437

Fonte: 0112

Programa de Trabalho: 12.363.2031.20RL.0014

Elemento de Despesa: 449052-42 / 449052-33

PI: L1001P22EAN

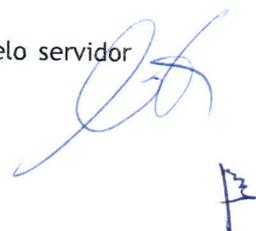
Nota de Empenho: 2016NE800015

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 25 (vinte cinco) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.



5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$i = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual =

DIRAD
936
Kille
Instituto de Física

6%.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

7. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: - Reitoria - Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio: Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 - Calungá - Boa Vista-RR - CEP: 69.303-220; e-mail: cap@ifrr.edu.br, proad@ifrr.edu.br, dirad@ifrr.edu.br.

7.2. A entrega dos materiais deverá ser realizada em dias úteis, das 08h30min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, na Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio da Reitoria.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes Termo de Referência e na proposta.

7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

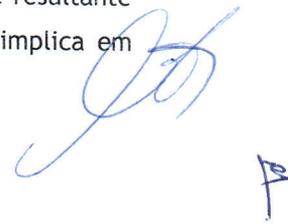
7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em



corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, nos itens que possam ser aplicados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

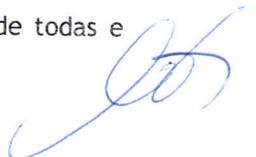
9.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.7. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

9.8. Instruir os operadores/transportadores dos materiais sobre o uso/transporte adequado dos dispositivos.

9.9. Entregar os materiais, objeto deste processo, pelo preço apresentado na proposta vencedora.

9.10. Responder por todos os danos causados por seus empregados ou contratados, voluntária ou involuntariamente à União ou terceiros, na prestação dos serviços de entrega dos materiais contratados, até mesmo no ato da própria entrega, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou contratados, até mesmo no ato da própria entrega, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Campus Novo Paraíso de todas e quaisquer reclamações que possam surgir.



9.11. Sujeitar-se à fiscalização por parte da Contratante no decorrer da entrega dos materiais;

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

9.13. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.14. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.15. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.16. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.17. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

9.18. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.2 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.3 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.4 Fraudar na execução do contrato;

10.5 Comportar-se de modo inidôneo;

10.6 Cometer fraude fiscal;

10.7 Não manter a proposta.

10.8 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.9 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.10 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

10.11 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total do objeto;

10.12 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

DIRV.D
n.º: 939
Ass.: Kille
FICAO de Auditoria

- 10.13 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 10.14 Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 10.15 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.16 Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.17 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.18 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.19 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.20 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.21 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.22 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;




DIR:AD
Fls.: 940
Ass.: Kelle

- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.

12. Dos Casos Omissos.

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Boa Vista - RR - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Boa Vista -RR, 10 de março de 2016.

Ademar de Araújo Filho
Reitor

Responsável legal da CONTRATANTE

Welles Pereira

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Jadineia h. Leite